

DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO: BREVES REGISTROS SÔBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E CONSIDERAÇÕES SÔBRE “PRECURSORES”¹

*Guido Mantega**
*José Marcio Rego***

1 Um precursor da Teoria da Dependência : Albert O. Hirschman

A “Teoria da Dependência Reafirmada” foi o título da sessão plenária do Encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) realizado em Atlanta, EUA em março de 1976. Em seus comentários como presidente da mesa, Albert Hirschman apresentou alguns dos conferencistas tais como Fernando Henrique Cardoso e Oswaldo Sunkel, apontando-os como os “pais” dessa teoria. A seguir apresentou-se a si próprio como “o avô frequentemente ignorado da teoria, devido ao que havia escrito em 1945 no livro *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Fiquei, claro, muito feliz quando o Professor Caporaso, na introdução que fez a esse assunto, apoiou minha reivindicação” (in Hirschman, *Revista Estudos Econômicos-IPE/USP*, 1978, p. 94).

O pano de fundo histórico deste livro de Hirschman foi o bem sucedido esforço da Alemanha de Hitler para aumentar seu comércio e suas influências políticas sobre o Leste e o Sudeste europeu durante a década de trinta. Segundo Hirschman os nazistas não haviam pervertido o sistema econômico internacional, mas apenas tinham capitalizado uma de suas potencialidades ou efeitos colaterais; pois “elementos do poder e desequilíbrio são potencialmente inerentes mesmo em relações comerciais como as que ocorrem sempre, como por exemplo, entre países grandes e pequenos, ricos e pobres, industriais e agrícolas - relações que poderiam estar em perfeita concordância com os princípios ensinados pela Teoria do Comércio Internacional” (p. 40). Ao forjar uma ligação entre a Economia Internacional e a Política Hirschman enfocou principalmente o conceito econômico de “ganhos do comércio”, mostrando como esse ganho pode levar à dependência o país que recebe o ganho em relação ao país que o concede. Procedendo ao longo das hipóteses da teoria clássica, Hirschman supõe que ambos os países ganham, mas enfatiza que em um grande número de constelações esses ganhos são assimétricos: um dado volume de comércio entre os países A (rico e grande) e B (pequeno e pobre) pode ser mais importante para B que para A. As importações que A faz de B podem representar digamos 80 por cento das exportações totais de B mas somar apenas 3 por cento das importações totais de A. Ressaltando bastante a importância de assimetrias e disparidades como esta Hirschman imagina vários instrumentos estatísticos para medi-las.

2 Desenvolvimento Econômico

O fenômeno do desenvolvimento econômico é geralmente considerado como sendo um processo histórico caracterizado por um significativo e sustentado aumento

* Professor do Depto de Economia da FGV/SP.

** Professor do Depto. de Economia da FGV/SP e da PUC/SP.

¹ Artigo oriundo de projeto de pesquisa financiado pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da FGV/SP, a quem os autores agradecem, cabendo as isenções de praxe.

do produto *per capita*, prolongado no tempo, e acompanhado de vastas mudanças estruturais, institucionais e culturais, e, principalmente, por uma nova e superior capacitação tecnológica.

A noção de desenvolvimento econômico refere-se, antes de tudo, aos países individuais. Isto por dois motivos principais: porque frequentemente as diferenças no desenvolvimento econômico entre áreas internas de um país são menores que aquelas entre países diferentes, e porque o Estado tem um papel essencial na determinação das tendências do desenvolvimento econômico. Muitas vezes, porém, é mais conveniente falar do desenvolvimento econômico de um grupo de países (grupo dos países desenvolvidos e grupo dos países em via de desenvolvimento, por exemplo).

A preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes mais profundas exatamente na origem da ciência econômica. Adam Smith foi um economista do desenvolvimento. Já a Economia do Desenvolvimento enquanto "programa de pesquisa científico" ou, como registra Hirschman, enquanto disciplina, é relativamente jovem, surgindo como tal nos anos 40 e tendo um franco desenvolvimento nos anos 50. Ainda que de maneira preliminar, nos escritos clássicos de Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), Thomas Malthus (1798) e Karl Marx (1867), o desenvolvimento era uma questão fundamental. São as chamadas teorias clássicas do desenvolvimento, que mesmo não apresentando as características de rigor formal próprio da teorização moderna, mantêm-se pela grandiosidade do problema enfrentado.

Uma formulação original de teoria de desenvolvimento deve-se ao austríaco Joseph Alois Schumpeter, com o conceito de desenvolvimento econômico amarrado à idéia de inovação tecnológica (progresso técnico) e rompimento do fluxo circular. Temos aqui um enfoque cíclico, que privilegia a atuação do empreendedor schumpeteriano inovador e confere grande importância ao papel do crédito. A mudança tecnológica (processo de destruição criadora) é um fenômeno típico das economias capitalistas e a tecnologia uma variável endógena (assim como Marx a tratou). A contribuição de Schumpeter sobre o tema é vasta, gerou um programa de pesquisa específico, e é representada por duas fases do autor (Schumpeter, 1911, 1934).

Somando-se a estas também as contribuições de Ramsey (1928) e Young (1928), encontramos muitos ingredientes que aparecem na moderna teoria do crescimento econômico. Estas idéias incluem a relação entre renda *per capita* e taxa de crescimento da população, os efeitos do progresso tecnológico na forma de novos produtos e métodos de produção, do poder de monopólio como incentivador da inovação técnica, bem como o incremento da importância da especialização do trabalho e do capital humano.

O paradigma do "núcleo capitalista dinâmico", representado fundamentalmente pelos trabalhos de Arthur Lewis (1954) e Walt Rostow (1960), apresenta outro enfoque. De acordo com tais autores, as maiores causas do retardo econômico estariam nos baixos níveis de poupança e na ausência de uma classe empresarial dinâmica em alguns países. O momento preciso em que um país entra na fase de desenvolvimento varia conforme o critério adotado: quando esgota a reserva de mão de obra, conforme Lewis, ou quando ocorre um brusco aumento da taxa de investimento na difusão do sistema de produção baseado na fábrica moderna. Este fenômeno ficou conhecido na literatura como o *take-off* de Rostow.

Por vezes, e principalmente após a distinção realçada por Schumpeter entre desenvolvimento e crescimento, é mais conveniente fazer referência a alguns modelos como sendo modelos de crescimento, especialmente aqueles surgidos após a década de 30. No período subsequente ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, colocava-se a exigência de estender a análise keynesiana das condições que garantiam a plena ocupação, do curto prazo a que se referia, para o longo prazo. Os modelos de crescimento de Harrod e Domar trataram das interações dos efeitos do investimento sobre a capacidade produtiva (que gera desenvolvimento econômico potencial) e sobre a demanda (que converte desenvolvimento econômico potencial em efetivo), buscando integrar análise keynesiana e elementos de crescimento econômico. Estes e outros

economistas pós-keynesianos, utilizando funções de produção com baixa substitubilidade dos fatores para argumentar que o sistema capitalista é inerentemente instável, chegaram a conclusões pessimistas sobre as possibilidades de uma economia capitalista crescer com pleno emprego. Escritos logo após o período da Grande Depressão, estes argumentos foram simpaticamente recebidos por vários economistas. Ainda que estas contribuições tenham impulsionado uma série posterior, elas exercem pequena influência no pensamento de hoje.

Ao contrário, a escola neoclássica, partir das contribuições pioneiras de Solow (1956) e Swan (1956), ilustrara o funcionamento dos mecanismos de mercado baseados na flexibilidade dos preços relativos (mecanismo ignorado pelos modelos pós-keynesianos), que garantiria, se operante na prática, o crescimento em condições de pleno emprego. Em ambas abordagens, a tecnologia é uma variável exógena. A especificação neoclássica assume retornos constantes de escala, retorno decrescente dos fatores, e taxa de poupança constante, gerando um modelo de equilíbrio geral extremamente simplificado. A previsão mais importante do modelo Solow-Swan é a convergência dos países quanto ao nível de renda *per capita*.

Como contra-posição aos avanços neoclássicos no final da década de 50, a idéia smithiana de que o crescimento era baseado em um círculo vicioso fechado (quanto mais o produto cresceu no passado, mais crescerá no futuro), foi retomada por economistas importantes de inspiração keynesiana, através do conceito de *big push*: Rosenstein-Rodan (1943), analisou as economias externas associadas ao crescimento do mercado, Kaldor (1955), investigou o aumento da produtividade nas empresas estimulado pelo aumento da produção e do investimento e Pasinetti (1974), imprimiu um caráter dinâmico e ampliado às análises de Harrod e Domar. Após duas décadas de relativo adormecimento, a teoria do crescimento econômico tem, nos últimos quinze anos, apresentado grande fertilidade de novos resultados teóricos, que foge aos nossos objetivos, aqui, analisar.

O importante economista sueco Gunnar Myrdal disse certa vez: "Grande parte dos livros que se publica nos países desenvolvidos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis". Outro fato grave é a alta frequência de tentativas de governos nos países subdesenvolvidos em aplicar a teoria econômica dos países desenvolvidos em suas economias sub-desenvolvidas. Já Charles Bettelheim rejeita o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema sócio-econômico de um país. Segundo ele, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. Para ele não é questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais.

3 Algumas Teorias do Subdesenvolvimento

Quando discutimos Desenvolvimento Econômico, inevitavelmente discutimos a questão do Subdesenvolvimento. As teorias de subdesenvolvimento também podem ser divididas em grandes blocos. O primeiro deles seria o Colonialismo Mercantil (que privilegia as formas de colonização - povoamento ou exploração - como determinantes para se explicar a questão do desenvolvimento) e a apropriação pelas Metrôpoles do excedente gerado nas colônias via imperialismo (superexploração). As origens destas explicações estão em Marx, Robbins e Lenin, com contribuições importantes na América Latina tais como as de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank (com a tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento); depois temos a teoria Centro-Periferia, de Prebisch e toda a Escola Cepalina, associada ao Estruturalismo Latino-americano, da qual as contribuições de Furtado e Conceição Tavares, e a Teoria da Dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são derivações importantes.

O paradigma estruturalista (Presbisch e Furtado) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno relacionado às estruturas produtivas da periferia - indústria não integrada, agricultura dual e comércio exterior reproduzindo tais assimetrias. Bresser Pereira (1985) chama de interpretação da superexploração imperialista a abordagem neo-marxista que trata o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos como se fosse condicionado por forças externas (dominação desses países por outros mais poderosos). Isto os levam a dar ênfase na esfera da circulação, explicando o subdesenvolvimento em termos de relações de dominação na troca. Argumentam que um "excedente" é extraído de países subdesenvolvidos por países capitalistas adiantados, empobrecendo os primeiros que deixam de se desenvolver porque perdem acesso a seus excedentes. Esse excedente é apropriado pelos países capitalistas adiantados e neles investido, convertendo-se num dos primeiros elementos para o seu rápido desenvolvimento econômico. A interpretação da superexploração imperialista afirma que a dicotomia extração/apropriação de excedente tanto causa como perpetua as desigualdades entre os países. Historicamente, o saque e a expoliação das colônias por parte dos países "metropolitanos" foi a causa inicial do desenvolvimento destes e da estagnação das colônias; e essa mesma dinâmica explicaria a persistência do subdesenvolvimento. Gunder Frank (1966) enfatiza que a extração do excedente foi a causa da divisão inicial do mundo em países ricos e pobres. No período colonial, destaca este autor, assumiu principalmente a forma direta de produtos (via saque e expoliação), assumindo esta apropriação no mundo moderno a forma de repatriação de lucros. Um dos problemas desta análise é considerar a extração do excedente no contexto de países, com quase nenhuma referência a classes sociais. Essa análise não se ocupa também de identificar como o produto excedente é produzido e inicialmente apropriado, considerando basicamente como é trocado. Acabam assim dando maior ênfase na exploração entre países do que na exploração do proletariado, e condicionam a riqueza dos países centrais a pobreza dos países subdesenvolvidos.

Embora autores como Arghiri Emmanuel e Samir Amin rejeitem a negação do papel das classes na apropriação do produto excedente, e no essencial concordam com Gunder Frank ao acharem que o subdesenvolvimento é condicionado por forças externas e que as suas causas estão nas relações de troca. Gunder Frank e Amin concordam com a afirmação de que a burguesia local nas economias do Terceiro Mundo é relativamente fraca e que o Estado é relativamente forte e autônomo com respeito a burguesia local. Frank afirma que importante é a relação do Estado com a burguesia imperialista da metrópole, e não com a burguesia local. Também Amin considera a dificuldade enfrentada pelas burguesias locais para imporem sua hegemonia como o "elo fraco da cadeia imperialista". Contudo, Amin não nos diz muito a respeito da natureza das relações entre as classes na periferia, nem quanto ao modo como as classes dominantes estabelecem e mantêm sua hegemonia mesmo quando são fracas. Amin argumenta que a burguesia dominante, embora incapaz de construir uma coesão nacional, se beneficiaria da separação dos diferentes grupos étnicos que constituem as sociedades periféricas. Embora isto possa valer para as nações da África e da Ásia, geralmente não se aplica à América Latina. Em sua análise das teorias neo-marxistas, que faz no bojo de uma reflexão sobre as principais interpretações sobre o Brasil, Bresser Pereira destaca ter esta abordagem a proposta de construir uma nova interpretação para a América Latina, a partir do conceito leninista de imperialismo, e do conceito trotskista de perda de dinamismo do capitalismo central. Para esta interpretação, como destaca Bresser Pereira: "o imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los" (1985, p. 31).

4 A Teoria da Dependência na versão Cardoso/Faletto

Quando o nacional-desenvolvimentismo passou a dar o tom ideológico dominante no Brasil, à convicção “de que o país se decompunha em dois setores, um tradicional e outro moderno, se acrescentou uma outra, segundo a qual não haveria crescimento auto-sustentado sem que, sob a direção hegemônica da famigerada burguesia nacional, fosse desfeito o nexo atrasado entre imperialismo e latifúndio, criando-se em consequência um mercado interno que integrasse a grande massa de marginalizados. Sabemos que esta construção não resistiu à prova dos fatos - como não obstante a ilusão era tenaz, foi preciso esperar pela prova dos nove ministrada pelo golpe militar. Não é que faltassem críticas à esquerda, sobretudo nos meios heterodoxos” (Arantes, 1992, p. 35).

Como registra Bresser Pereira: “No plano político, uma série de fatos novos, ocorridos principalmente durante o governo Kubitschek eliminam as razões para o conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil e para uma possível posição nacionalista da burguesia. Por outro lado, liquidam a aliança dos trabalhadores com a burguesia que o pacto populista refletia e a interpretação nacional-burguesa não apenas constatava mas propunha”. (1985, p. 35). Estes fatos novos, são os seguintes: 1) consolidação da indústria nacional, que, a partir de então, não pode mais ser considerada “artificial” em um “país essencialmente agrário”; 2) decadência definitiva da agricultura exportadora de café com a queda dos preços internacionais, tornando inviável a transferência de renda do setor exportador para a indústria (estes dois fatos novos liquidam a relativa divisão no seio da burguesia brasileira); 3) entrada em massa das empresas multinacionais associadas indiretamente com a burguesia local; 4) aprovação, em 1958, da Lei de Tarifas, que protege definitivamente a indústria nacional da importação de similares estrangeiros (estes dois fatos novos liquidam com o “nacionalismo” da burguesia local, já que esse nacionalismo limitou-se sempre ao protecionismo e jamais se opôs à penetração das multinacionais); 5) revigoração da atividade sindical durante os anos cinquenta; 6) Revolução de Cuba, em 1959, que apavorou a burguesia local. “Estes dois últimos fatos novos foram diretamente responsáveis pela liquidação do pacto populista e pela radicalização do início dos anos sessenta, quando a esquerda formula pela primeira vez (mas de forma imatura) um projeto político autônomo. De um modo geral, entretanto, os seis fatos novos explicam a união da burguesia industrial e agrário-mercantil, sua associação com as multinacionais e seu rompimento com os trabalhadores e a esquerda. A Revolução de 1964 será a trágica culminação desse processo” (1985, p. 35). Com efeito, tanto Luiz C. Bresser Pereira com seu trabalho de 1963 “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” quanto Fernando Henrique Cardoso em seu trabalho de 1964, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, comprovam que parcela ponderável dos empresários industriais conspiravam com grupos estrangeiros, dos quais se tornavam sócios menores, enfrentavam os sindicatos e se comportavam como guarda avançada de uma agricultura que começava a se capitalizar. Bresser Pereira mesmo que não reivindique responsabilidades *avoengas* como faz Hirschman, assim como ele registra a importância fundamental da contribuição de Cardoso e Faletto para a interpretação da nova dependência: “A contribuição fundamental à interpretação da nova dependência, entretanto, será realizada por Fernando Henrique Cardoso, em 1967 circula de forma mimeografada um livro escrito em colaboração com Enzo Faletto, que irá marcar todo o pensamento brasileiro e latino-americano posterior: Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (Bresser Pereira, 1985, p. 36).

Um dos principais esforços dos autores vinculados a abordagem que ficou conhecida como “Teoria da Dependência”, foi o de reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu na natureza política dos processos de transformação econômica. A CEPAL já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvol-

vidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. A intensificação deste esforço de compreensão leva à “valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (Cardoso, Faletto, 1970). Destacavam não existir uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionavam. A Teoria da Dependência é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina. “Desde fins dos anos 50 a própria CEPAL se encontrava em fase de autocrítica. As idéias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a CEPAL elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento - o que em boa parte competia ao Estado -, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado intrínseco. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país” (Celso Furtado, 1991, p. 27-28).

Bresser Pereira, no artigo “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” (1963), examina os “fatos novos” que pretendiam explicar por que a interpretação cepalina (nacional-desenvolvimentista) encontrava dificuldades e por que o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que estes “fatos novos” colapsaram a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores e setores do latifúndio voltados para o mercado interno. Fernando H. Cardoso, por sua vez, em “El Proceso de Desarrollo en América Latina” (1965), distingue três tipos de desenvolvimento: nacional-exportador, enclave e industrial-associado. Entretanto, o conceito dessa tipologia só foi produzido mais tarde no trabalho em colaboração com Enzo Faletto, *Dependencia e Desenvolvimento na América Latina* (1970). Celso Furtado já havia em 1966 dado um primeiro passo (ainda que incompleto) na interpretação da nova dependência com seu ensaio “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, trabalho no qual “a análise do novo modelo baseado nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, (mais no Brasil que na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda.” (Bresser Pereira, 1985, p. 37)

5 Breves considerações sobre “Precursores”

Harold Bloom, no excelente livro *A Angústia da Influência*, um clássico da teoria literária, apresenta uma teoria da poesia através de uma descrição da influência poética, ou estória das relações intrapoéticas. “Um dos objetivos dessa teoria é de natureza corretiva: acabar com a idealização de nossas versões oficiais de como um poeta ajuda a formar outro” (Bloom, 1991, p. 33). A história da poesia, segundo a tese deste livro, é considerada indistigível da influência poética, já que os poetas fortes fazem a história deslendo-se uns dos outros, de maneira a abrir um espaço próprio de fabulação. Registra Bloom: “Meu interesse único, aqui, são os poetas fortes, grandes figuras com persistência para combater seus precursores fortes até a morte. Talentos mais fracos são presas de idealizações: a imaginação capaz se apropria de tudo para si. Mas nada vem

do nada e a apropriação envolve, portanto, imensas angústias de débito”...(Bloom, 1991, p. 33). Bloom traça então alguns movimentos revisionários no ciclo vital do poeta forte: *Clinamen*, *Kenosis*, *Demonização*, *Askesis* e *Apophrades*. Reproduzimos abaixo apenas três destes movimentos revisionários, somente substituindo poeta por autor e poema por texto (e as vezes no plural):

Clinamen, que é a desleitura ou desapropriação, propriamente dita; a palavra vem de Lucrécio, onde significa um “desvio” dos átomos, que torne possível qualquer mudança no universo. Um autor se desvia ao ler seus precursores de tal forma a executar um *clinamen* com relação a eles. Isto aparece como um movimento corretivo em seu próprio texto, sugerindo que os textos precursores foram acurados até certo ponto, mas deveriam, então, terem se desviado, precisamente na direção em que se move o novo texto. Como diz Cardoso (1979): “Redefinida a eventual influência do marxismo norte-americano na proposição dos estudos sobre dependência, convém dedicar alguma atenção à contribuição de André G. Frank aos temas da dependência. Alguns de seus estudos tiveram grande repercussão crítica e, embora sejam estimulantes, como a tese contra o dualismo agrário brasileiro, frequentemente erraram o alvo no que diz respeito a propor temas novos. De fato, a grande questão que se debatia no Brasil sobre a natureza das relações sociais no campo e seu impacto para caracterizar um tipo de formação histórico-social....centrava-se em torno da produção escravista-colonial e da natureza específica de uma formação social que, embora criada pela expansão do capitalismo mercantil, assentava em relações de produção escravistas e destinava a parte mais dinâmica de sua produção ao mercado internacional. Frank simplificou o debate, desdenhou a especificidade da situação (procedimento que é o contrário ao dos ‘dependentistas’) e não tentou estabelecer qualquer representação teórica de tipo dialético que unisse num todo específico o geral e o particular. Com a maestria polêmica que lhe é peculiar deu um golpe de morte nos dualistas, levando de cambulhada às vezes com, às vezes sem razão, marxistas e cepalinos”.

Demonização, ou um movimento na direção de um Contra-Sublime próprio, como reação ao Sublime dos precursores; a palavra vem da tradição neoplatônica em geral, onde um ente intermediário [o *daimon*], nem divino, nem humano, se incorpora ao adepto para auxiliá-lo. O autor posterior se apresenta aberto ao que acredita ser uma potência nos textos-ascendentes que não pertence, de fato, a estes, mas sim a uma extensão ôntica imediatamente além dos precursores. É isto o que faz, então, em seu texto, ao postar-se com relação aos textos-ascendentes de tal forma que, ao generalizá-los, despreza o que existia de único nos trabalhos dos precursores. Como faz Hirschman: “Em *National power and the structure of foreign trade*, mostrei como relações de influência, dependência e dominação emergem diretamente daquelas transações comerciais entre nações soberanas que vinham de longa data sendo caracterizadas como “mutuamente benéficas” pela teoria do comércio internacional. Mesmo que se concordasse com a clássica teoria dos ganhos econômicos com o comércio, poderia ser demonstrado que os efeitos *políticos* do comércio exterior tendiam a ser *assimétricos* e a favorecer, pelo menos de início, os países maiores e mais ricos. Essa constatação fundamental foi uma razão de meu livro ter sido “redescoberto” nos anos 60, quando diversos autores - como Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel e André Gunder Frank - desenvolveram a chamada teoria da dependência. **Na verdade, nunca me senti à vontade sendo tomado por “precursor” desse grupo, cuja análise econômica e política com frequência julguei muito sombria.** (Grifos nossos JMR, é curioso confrontar com intervenção na LASA registrada no início). Em 1977, (in “Beyond asymmetry: critical notes on myself as a young man and on some other friends” *International Organization* v. 32 p. 45-50 inverno de 1978, reimpresso em *Essays on trespassing* p. 27-33) surgiu-me a oportunidade de explicar minha atitude para com a escola da dependência e decidi fazê-lo criticando minha própria tese de um quarto de século atrás. Procurei mostrar que a própria situação de dependência que um país pequeno e pobre talvez experimente de início, como resultado de seu comércio com um país grande e rico, pode originar diver-

sas contratendências, econômicas e políticas, que a seu tempo reduzirão essa dependência. Por exemplo, quando o comércio entre um país grande e poderoso e um país pequeno contribui inicialmente para a subordinação deste último, essa situação levará a uma reação que tem alguma chance de êxito devido ao que denomino “disparidade de atenção”: o país grande é incapaz de voltar a atenção - e é improvável que o faça - para suas relações com um pequeno parceiro comercial com a mesma concentração de esforços que está ao alcance e é característica deste (“o país [dependente] provavelmente procurará escapar à dominação mais ativamente e com mais energia do que o país dominante se esforçará para impedir essa libertação” (Hirschman, 1996, p. 101).

Apophrades, ou o retorno dos mortos; a palavra vem dos dias infaustos, dias de má-sorte, quando os mortos de Atenas voltavam a habitar a casa onde haviam vivido. O autor mais recente, em sua própria fase final, já sob o peso de uma solidão de imaginação que é quase um solipsismo, sustenta seu próprio texto de tal forma aberto à obra dos precursores que, inicialmente, poderíamos pensar ter-se completado a volta ao círculo, nos transportando de volta aos dias sufocantes de seu aprendizado, antes que sua força tivesse começado a se fazer sentir nas razões revisionárias. Mas o texto, agora, é sustentado em aberto, enquanto que outrora fora, de fato aberto, e o efeito estranhíssimo [*unheimlich*] é que o sucesso do novo texto faz com que este nos apareça, agora, não como obra dos ascendentes, mas como se o segundo autor houvesse, ele mesmo, escrito as obras características de seus precursores. Registremos a propósito exatamente F.H. Cardoso referindo-se a Hirschman: “A visão teórico-conceitual de Hirschman nunca sufoca a história, o inesperado da interpretação diante do achado também imprevisto, nem é usada para esmagar a imaginação. Os conceitos são instrumentos que, se utilizados com arte, modéstia e paixão pelo reconhecimento dos fatos novos, ajudam a interpretar, a iluminar proções da história e mesmo a encadear sequências. Sem torná-las, contudo, camisas-de-força pelas quais fatos não passam nem espremidos. É esse espírito inquieto, indagador e livre que faz de Hirschman um inovador autêntico. E é essa paixão por ver o possível que retorna no último capítulo de *Autosubversão*. Não furtarei ao leitor o gosto de apreender nas próprias palavras do autor seus pensamentos sobre o tema. Nem mesmo farei o resumo. Apenas uma rememoração: ao retornar o tema do conflito, aparece também (encoberto, é verdade) outro tema, metodológico, caro a Hirschman: a minidialética, a dialética sem o terceiro termo, a negação da negação, da superação hegeliana. É isso que me entusiasma em Hirschman: sua dialética livre, reversível, sem fatalismo, mas, contudo, dialética, busca do novo, do inesperado, brotado tanto do conflito quanto da conciliação. Sem metafísicas finalísticas.... Conheci Albert em 1964. Deve ter sido por volta de junho daquele ano... Albert, na época era professor em Harvard. Voltei a vê-lo em Santiago. Por volta de 1966 escrevi um artigo com meu ex-aluno José Luiz Reyna (hoje embaixador do México no Brasil) sobre as mudanças na estrutura do emprego (e nas classes sociais) na América Latina. À época só se falava em “estagnação econômica”. Nossa visão era, digamos, realista-otimista: as coisas estavam mudando, apesar dos famosos e obscuros “obstáculos à mudança”. Hirschman escreveu-me uma carta sobre o artigo. Nossas visões coincidiam. Para mim, modesto sociólogo brasileiro, o encorajamento do já então mestre foi inestimável....” (Cardoso, 1996, p. 6 e 7).

Neste texto destacou-se F.H. Cardoso e Enzo Faletto não só pelo desdobramento de suas contribuições que foram fundamentais para a discussão da “teoria da dependência”, mas particularmente explorarmos a partir de Hirschman, a “angústia da influência” nos termos colocado por Bloom. Não obstante a importância destes autores citados para a formulação da interpretação dependência, não há a preocupação de dar a eles a exclusiva precedência ou a natureza de “fundadores pioneiros” do novo paradigma. Como registrou Stigler “é praticamente inimaginável que qualquer idéia ou teoria moderna, não tenha sido concebida antes, em parte ao menos. A história está repleta de mentes curiosas, criativas e inteligentes, que se depararam com a maioria dos problemas existentes, reais ou imaginários. Um estudioso moderno será uma das várias

peças engajadas no estudo cooperativo de um assunto ou campo em particular, e pequenas descobertas (tanto teóricas quanto empíricas) são, com frequência, incorporadas à gama comum de conhecimentos" (Stigler, 1991, p. 87)

Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. *Um Departamento Francês de Ultramar*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1933.
- ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica : [S.l. : s.d.], 1991.
- Arida, P., BACHA, E.L. Balance of Payments : a disequilibrium analysis for semi-industrialized economies. *Journal of Development Economics*, v. 27, n. 1-2, p. 85-108, out. 1987.
- Arrow, K.J. The Economic Implications of Learning by Doing. *Rev. Econ. Studies*, 29, Jun. 1992.
- ARROW, K.J., G. Debreu. Existence of Equilibrium for a Competitive Economy. *Econometrica*, Jul. 1954.
- BACHA, E.L. External shocks and growth prospects: the case of Brazil, 1973-1989. *Texto para Discussão* ; PUC, Rio de Janeiro, 1984a.
- BACHA, E.L. A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries. *Texto para discussão*, PUC, Rio de Janeiro, n. 221, 1989b..
- BACHA, E.L., TAYLOR, L. Foreign Exchange Shadow Prices : a Critical Review of Current Theories. *Quarterly Journal of Economics*, v. 85, n. 2, maio, 1971..
- BARRO, R.J. e X. SALA-I-MARTIN. *Economic Growth*. New York : McGraw Hill, 1995.
- BRESSER PEREIRA, L.C. The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil. *Journal of Interamerican Studies*, jul. 1962.
- BRESSER PEREIRA, L.C. O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira. [S.l.: s.n.], 1968.
- _____. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1968..
- _____. O modelo Harrod-Domar e a substitubilidade de fatores" *Estudos Econômicos*, v. 5, n. 3, set./dez. 1975a.
- _____. A economia do subdesenvolvimento industrializado. *Estudos CEBRAP*, v. 14, out./dez. 1975b.
- _____. Seis Interpretações sobre o Brasil. *Dados : Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1982..
- _____. *Economic Crises and State Reform in Brasil, a Crise of State Approach to Latin America*. 1995. [S.l.] : Lind Rainer Publishers.
- CARDOSO, F. H. Prefácio. In: HICSCHEMAN, A. *Autosubversão : teorias consagradas em xeque*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- _____, E. FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina : Ensaios de Interpretação Sociológica*, 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- FEI, J., RANIS, G. *Development of the Labour Surplus Economy*, cap. 2.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo : Ed. Nacional, 1959.
- _____. *A Fantasia Organizada* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Fantasia Desfeita* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- _____. *Ares do Mundo* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GUNDER FRANK, A. The Development of Underdevelopment : [S.l.], 1970.

- HARROD, R.F. An Essay in Dynamic Theory. *Economic Journal*, 49, Jun. 1939.
- HIRSCHMAN, A. *Autosubversão : teorias consagradas em xeque*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- HIRSCHMAN, A. A Dissenter's Confession : the strategy of development revisited. In: MEYER, G., SEERS, D. (ORG.). *PIONEERS IN DEVELOPMENT*. WASHINGTON : THE WORLD BANK, 1984.
- _____. The Rise and Decline of Development Economics. In: *ESSAYS Trespassing*, Cambridge : Cambridge University Press, 1981.
- HIRSCHMAN, A.O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven : Yale University Press, 1958..
- _____. The Political Economy of Importing-substituting Industrialization in Latin America. *Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 1, Feb. 1968.
- KALDOR, N. Capital Accumulation and Economic Growth. In: F.A. LUTZ, D.C. HAGUE, (Ed.), *Proceedings of a Conference Held by the International Economics Associations*. London : Macmillan, 1963..
- KRUEGER, A.O. The Political Economy of Rent-seeking Society, *American Economic Review*, n. 64, Jun. 1974.
- Krugman, P. History versus Expectations. *Quarterly Journal of Economics*, v. 106, n. 2, May 1991..
- LEWIS, A.W. Economic Development with Unlimited Supply of Labor. In: AGARWALA, SINGH, (Org.). *The Economics of Underdevelopment* New York : Oxford University Press, 1958.
- LEWIS, A. W. *Economic development with Unlimited Supply of Labor*. [S.l. : s.n.], 1954.
- LUCAS JUNIOR, R. E. Economic policy evaluation : a critique. *Journal of Monetary Economics*, n. 1, Apr. 1976.
- _____. On the mechanics of development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1. Jul. 1988.
- MEYER, G., D. SEERS, (Org.). *Pioneers in Development*. Washington : The World Bank, 1984..
- NORTH, D.C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, Winter. 1991.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo* São Paulo : Brasiliense, 1983.
- PREBISCH, R. Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 4, dez. 1949.
- PREBISCH, R. Five Stages in My Thinking of Development. In: MEYER, G. SEERS, D. (Org.). *Pioneers in development*. Washington : The World Bank, 1984.
- ROMER, P. Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, Oct. 1990.
- ROSENSTEIN-RODAN, P.N. Problems of Industrialization in Eastern Europe and South Eastern Europe. *Economic Journal*, n. 53, Jun. 1943.
- Rostow, W.W. *The Stages of Economic Growth*. Cambridge : Cambridge University Press, 1960..
- TAVARES, M. da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro : Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro : Ed. Zahar, 1975a.
- TODARO, H. Internal Migration in Developing Countries. In: EASTERLIN, (Ed.), *Population and Economic Change in Developing Countries*, [S.l. : s.d.], p. 361-388.

- SCHUMPETER. *Capitalismo, Socialismo e Democrazia*. [S.l. : s.n.], 1934.
- SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, Socialismo e Democrazia* Milano : Comunità, 1955.
- _____. *The theory of economic development*. [S.l. : s.n.], 1911.
- SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations* Oxford, 1976.
- SOLOW, R.M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. In: J. Stiglitz, USAWA, H. (Org.) *Readings in the Theory of Economic Growth*. Mass : MIT Press, 1969.
- STIGLER, George. *Memórias de um economista de Chicago*. Porto Alegre : Ortiz, 1991.
- TAYLOR, L., P. ARIDA. Long Run Income Distribution and Growth. In: Chenery, H, Srinivasan, T. N. (Org.). *Handbook of Development Economics*, Amsterdam : North Holland, 1988.
- YOUNG, A. Increasing Returns and Economic Progress. *Economic Journal*, n. 38, Dec. 1928.
- ROMER, P.M. Capital Accumulation in the Theory of Lung-Run Growth. In: Robert BARRO, (Ed.). *Modern Business Cycle Theory*. Cambridge, MA. : Harvard University Press, 1988..
- THIRWALL, A.P. Foreign Trade Elasticity in Center Periphery Models of Growth and Development. *Banca Nazionale Del Lavoro Quaterly Review*, 36, 1983.